

A BOLSA DA CIENTISTA SOCIAL: sobre aprendizagens, habilidades e técnicas

Milena Weber¹

Resumo: Este artigo discute as possibilidades de atuação profissional de cientistas sociais, com ênfase na antropologia, para além do espaço acadêmico. A análise se dá a partir de um relato de experiência como analista de pesquisa qualitativa em um grupo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que prestava serviços a órgãos do governo federal. O objetivo é refletir sobre a transposição de aprendizagens, habilidades e técnicas adquiridas na formação em Ciências Sociais para o ciclo de políticas públicas, colocando em relevo seu contexto interdisciplinar. A abordagem metodológica etnográfica parte da “teoria da bolsa de ficção” de Ursula K. Le Guin para pensar na tecitura de nossa própria bolsa de cientistas sociais como aquilo que sustentará nossa práxis profissional. O argumento consiste em tomar a formação acadêmica e as aprendizagens adquiridas como uma “bolsa” que pode ser carregada ao longo de diferentes práticas de atuação, transbordando a dicotomia entre vida e trabalho. Serão analisadas competências como leitura crítica e mapeamento documental, construção e teste de instrumentos de pesquisa qualitativa, elaboração e gestão de projetos, além da condução de trâmites éticos junto ao sistema CEP/CONEP. Espera-se demonstrar como a atuação profissional de cientistas sociais no campo das políticas públicas revela conexões parciais e produtivas entre áreas de conhecimento, ampliando horizontes de inserção e reafirmando o potencial crítico, criativo, educador e transformador das Ciências Sociais.

Palavras-Chave: Ciências Sociais; Antropologia; Atuação profissional; Políticas Públicas; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Para o bem e para o mal [...] a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu distorcer nem esterilizar.

- Florestan Fernandes

As perspectivas de atuação das e dos cientistas sociais no Brasil têm sido objeto de discussão entre docentes e discentes de cursos de graduação e pós-graduação no país há décadas, conforme sugerem muitas autoras e autores (Fonseca, 2004; Fonseca, 2006; Munanga, 2013; Fleischer, 2018; Sprandel; Barreto Filho, 2018; Souza Lima et al., 2018; Grunvald; Reis, 2021; De Oliveira, 2025). As razões que fazem este tema ser tão relevante podem, num primeiro momento, parecer simples. Em diferentes ambientes por onde transitei e pude ouvir discussões acerca desse debate, ouvi que “não tem vaga pra todo mundo na academia”. Esta afirmação decorre de uma série de fatores que, combinados, compõem o

¹Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: milena.wber@gmail.com

atual cenário no qual vivemos.² Além disso, existe o entendimento, compartilhado entre colegas discentes, de que nem todas as pessoas que ingressam num curso de Ciências Sociais têm como objetivo último tornar-se docentes universitários.

Com efeito, em 2024 a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) publicou o resultado da pesquisa “Onde estão os cientistas sociais? Conhecendo a profissão e o mercado de trabalho”. Realizada em parceria com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a pesquisa buscou conhecer mais sobre o mercado de trabalho para pessoas formadas em Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política, Relações Internacionais e Sociologia.³ Os resultados deste estudo exploratório, levando em conta 3.932 respostas a um *survey*, aponta alguns achados importantes, como o baixo acesso de egressos ao mercado formal, a distribuição de vínculos formais de emprego por sexo e raça, as oscilações de remuneração em cada área e a diversificada distribuição de vínculos por subsetores econômicos (ANPOCS, ABA; ABCP; SBS, 2024).

Olhando mais detidamente para o assunto e atentando para os dados construídos pelo relatório (Anpocs, 2024), sobretudo quando nós somos as partes mais interessadas em acessar o mercado de trabalho a partir da nossa qualificação, podemos perceber que existem contornos dinâmicos e mutáveis que tendem a oscilar de acordo com os ventos históricos e políticos – o que faz com que as possibilidades e oportunidades mudem de acordo com eles. Entretanto, não desejo aqui me deter numa perspectiva catastrófica daquilo que é reservado a nós, cientistas sociais. Pretendo, em vez disso, abordar a dimensão maleável e criativa da nossa formação acadêmica e do nosso ofício.

Nas páginas que se seguem, os leitores encontrarão uma espécie de relato de experiência profissional que vivenciei recentemente acompanhados de algumas reflexões críticas (que não se pretendem esgotadas) acerca desta vivência. Durante um período de seis meses, atuei como analista de pesquisa qualitativa para um grupo de pesquisa e desenvolvimento⁴ que prestava serviços tecnológicos para diferentes áreas do governo federal brasileiro. Embora se trate de uma contratação de curta duração, a imersão nas atividades

²Há uma série de transformações que as universidades brasileiras têm experimentado pelo menos desde os anos 1990 e que reverberam tanto em espaços acadêmicos quanto no mercado de trabalho. Em razão da trama complexa que alimenta essa discussão, não a abordarei nestas páginas. Para um detalhamento maior sobre a produção de mestres e doutores, ver Fonseca (2006).

³Acesse pelo link: <https://anpocs.org.br/2024/11/12/onde-estao-os-cientistas-sociais-conhecendo-a-profissao-e-o-mercado-de-trabalho-2/>

⁴Optei por não revelar o nome do contratante por razões de confidencialidade. Acredito, no entanto, que isto não irá comprometer a qualidade da análise aqui proposta. A função a mim designada no cargo de analista de pesquisa qualitativa será detalhada mais adiante.

cotidianas me rendeu uma série de reflexões e constatações que desejo compartilhar com colegas das Ciências Sociais, na esperança de que estas sejam minimamente úteis às pessoas que, assim como eu, costumam se indagar sobre as perspectivas de atuação profissional para a nossa área de formação. O que fazemos? Onde podemos atuar? O que é necessário saber? Que aprendizagens carregamos da nossa formação para o mercado de trabalho?

Na seção seguinte, apresento algumas noções que guiaram o feitiço deste relato etnográfico, elegendo metodologicamente uma abordagem etnográfica inspirada na *práxis* profissional. Em seguida, apresento um relato pessoalizado da minha trajetória nas Ciências Sociais para, então, adentrar nos pormenores da experiência de trabalho em si. Dentro desta última seção, elenco elementos do meu percurso formativo que transpus para as tarefas de trabalho. Concluo refletindo sobre preocupações a respeito de princípios éticos da disciplina e a importância desta vinculação nos trabalhos exercidos fora da academia.

A BOLSA DA TEORIA VIVIDA

O título que dá nome a estas páginas foi inspirado no ensaio “A teoria da bolsa de ficção”, da escritora de ficção especulativa norte-americana Ursula K. Le Guin (2025). Nele, a autora argumenta que as histórias tradicionais tendem a focar excessivamente nos “heróis”, que duelam, disputam, golpeiam e matam; deixando de lado as narrativas da vida cotidiana, da coleta de alimento e da vida em comunidade. Ursula propõe então a cesta, bolsa ou recipiente como processo. Nesta bolsa espaçosa, podemos coletar, carregar e contar estas histórias não contadas, a história da vida (Le Guin, 2025, p. 18).

Fiquei me perguntando em como seria então a bolsa da cientista social – afinal nós também, no fim das contas, contamos histórias. Num exercício especulativo, imagino a bolsa que carregamos repleta de diferentes aprendizagens, habilidades e técnicas. Nenhuma se sobrepõe à outra, pois na medida em que a carregamos, cada pequena semente por nós colhida e depositada ali se revolve e troca de lugar com outra – mais ao fundo ou mais à superfície da bolsa. Isto quer dizer que não existe uma hierarquia entre as coisas que guardamos ali dentro. O mais importante desta bolsa é que cada grão ou semente ali depositado foi colhido por cada uma de nós no decorrer de nossa própria experiência formativa e vivida. São pequenas sementes de aprendizado, raízes teóricas, brotos de atuação ética e grãos de habilidade e técnica.

Se estas miudezas que carregamos em nossas bolsas são apresentadas a nós durante o percurso formativo, e que as conhecemos, muitas vezes, por meio de vivências, gostaria de

expor aqui minha aposta na etnografia enquanto teoria vivida, como já bem apontado pela antropóloga Mariza Peirano (2008). Etnografia não se limita a ser apenas método ou prática de pesquisa, argumenta a autora, “mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (Peirano, 2008, p. 4). O relato foi elaborado de maneira suficientemente frouxa, afastando-se intencionalmente de excessos de rigor analítico, pois reconhece o aspecto temporal desta explicação (Peirano, 1995) e as possibilidades de reanalisar futuramente aquilo que foi dito aqui. Trata-se ainda de um exercício que visa manter o espírito da alteridade que anima a disciplina e opera na manutenção da dialética que a mantém sempre tão contemporânea (Cesarino, 2026).

É então a partir desta bolsa da teoria vivida que apresento às leitoras aquilo que colhi e tenho carregado ao longo dos anos como cientista social. Vocês (re)conhecerão aqui algumas aprendizagens, habilidades e técnicas que constituem o escopo formativo do percurso da graduação em Ciências Sociais. Fazendo uso da bolsa da teoria vivida, narrarei a vocês as formas particulares pelas quais fiz uso daquilo que coletei ao longo de meu próprio percurso formativo e num contexto de trabalho extra-acadêmico. Como as diferentes aprendizagens, habilidades e técnicas que conhecemos se desdobram em funções numa vaga para cientistas sociais? Esta é a pergunta que eu tento responder aqui, embora acredite que existe mais de uma resposta e toda uma gama de combinações que, em sua multiplicidade, deem conta da questão.

Dada a variedade de respostas aqui cabíveis, é importante ressaltar que boa parte da minha formação, mesmo na graduação, se deu seguindo uma grade disciplinar majoritariamente antropológica. As reflexões e referências das quais faço uso aqui são oriundas, majoritariamente, desta área de conhecimento. Além disso, minha contratação para a vaga que eu vim ocupar se deu pelo fato de ser antropóloga. Não vejo esta escolha de orientação teórico-analítica como um ônus para o que será narrado, pelo contrário, é uma especificidade que tende a contribuir para a discussão interdisciplinar frente a atuação de cientistas sociais que elegem caminhos na Sociologia, na Ciência Política ou em outras áreas das humanidades.

Espero ocupar aqui a posição de uma informante que, embora ofereça uma experiência específica e bastante situada (Haraway, 1995), possa revelar alguns *insights* sobre nossa atuação e usos possíveis do instrumental teórico-analítico-metodológico da formação em Ciências Sociais no ciclo de políticas públicas governamentais.

OFÍCIO: TRABALHO ARTESANAL DO CONHECIMENTO

Ingressei nas Ciências Sociais da UFRGS em 2018 na modalidade bacharel. Se as leitoras bem recordam, este foi o ano que Jair Bolsonaro foi eleito à presidência da república. Por essa razão, aquele ano ficou marcado por uma série de previsões catastróficas sobre como seria seu governo, e uma atmosfera de apreensão se instalou no país. (In)felizmente, alguns destes prenúncios se concretizaram e outros não. Dentre as aniquilações que alguns colegas ingressantes e eu acreditávamos que estava por vir naqueles tempos obscuros estava a crença na possibilidade de que a atuação como docente de sociologia para o Ensino Básico fosse praticamente extinta.⁵

Tamanho foi o impacto naquela geração que acabava de acessar a universidade. Como as notícias não eram lá muito animadoras, ingenuamente ou não, passamos a refletir e a debater pelos corredores sobre a escolha entre bacharelado ou licenciatura. A primeira, para muitos, não oferecia muitas oportunidades de emprego. Já a segunda, por sua vez, embora parecesse mais promissora para nós, pois admitia a possibilidade de nos tornarmos professoras no Ensino Básico, se encontrava, naquele momento, ameaçada, suspensa. Isso expressa a dimensão daquilo que chamei a atenção no início do texto, isto é, o caráter dinâmico e mutável da inserção profissional das cientistas sociais.

Em todo caso, em meio àquelas discussões, optei por carregar minha bolsa de cientista social pelo bacharelado. A escolha se deu pensando que gostaria de, posteriormente, dar continuidade aos estudos na pós-graduação e, somente então, arriscar alguma oportunidade de emprego. Esta contextualização é importante para tornar visível o argumento que desejo defender daqui em diante.

Ainda no primeiro ano de bacharelado em Ciências Sociais fui apresentada a um estereótipo relativamente comum atribuído aos cientistas sociais. Tratava-se de uma etiqueta (um tanto quanto arrogante e desmerecedora por parte de profissionais de outras áreas de formação) que tipificava as pessoas cientistas sociais como aquelas que, sem alternativas, acabavam atuando em quaisquer outras áreas que não aquela para a qual dedicaram seus estudos. Essa categorização geralmente tem seu ápice representado no clichê de que o cientista social é aquele que vai “vender sua arte na praia”, máxima frequentemente evocada em memes ou piadas, enfatizando, por um lado, a ausência de oportunidades e, por outro o rótulo que recebem estudantes de humanidades.

⁵ O que, em alguma medida, não deixava de ser ameaçador, haja vista a conhecida Reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC), bastante comentada na época. Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/polemica-versao-final-de-curriculo-do-ensino-medio-e-entregue-pel-o-mec-0s3imz8p9g4ue4v7gv17y744v/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2026.

Aqui arrisco então tomar esse clichê de maneira positivada, pensando no arcabouço de habilidades, métodos e técnicas que sustentam nosso saber-fazer cientista social, algo como nossa “caixa de ferramentas”, ou ainda, nossos instrumentos de bordo (Oliveira Filho, 2013), aquilo que colocamos em nossas bolsas de cientista social. Para isso, tomo de empréstimo aquilo que o sociólogo americano Charles Wright Mills (2009) chamou de artesanato intelectual, isto é, encarar o trabalho de pesquisa enquanto um ofício que envolve nossa própria experiência de vida na formação do conhecimento, ganhando forma numa espécie de “arquivo” que transborda a separação vida/trabalho.

Essa ideia se aproxima da teoria da bolsa de ficção de Le Guin (2025) e da bolsa da teoria vivida, das quais falei anteriormente. Tudo isso implica na defesa de que nós, cientistas sociais, mesmo que fora da academia, estamos constantemente produzindo conhecimento como reflexo analítico de nossa própria biografia, algo assinalado por Florestan Fernandes (1994). Estamos tecendo artesanalmente nossas bolsas e coletando, ao longo de um processo contínuo de vivência e autorreflexividade crítica aquelas sementes, brotos, raízes e folhas que escolhemos carregar conosco na jornada. Conforme veremos adiante, esse movimento é justamente aquilo que irá enriquecer e tornar ímpar a *práxis* e atuação profissional de antropólogas.

Diante das incertezas que acompanhavam meus colegas e eu desde o início do curso, percebi a necessidade de seguir debatendo a temática, sobretudo entre pares, e aprofundar meu entendimento a respeito das problemáticas que envolvem o tema. Esse exercício me parece fundamental para “mantermos os pés no chão”, não nos desesperarmos, conhecer a experiência de outros colegas e construir coletivamente uma base sólida de oportunidades tangíveis de atuação.

Por isso, mergulhei de cabeça neste debate sobre atuação profissional ainda em 2024, enquanto mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), quando realizamos o Encontro Discente com essa temática.⁶ Um ano depois, já em meu primeiro ano de doutorado, pude participar de outras discussões, reafirmando a dinamicidade desta discussão, o quanto se atualiza rapidamente e nos mostra cada vez mais possibilidades de atuação.

No Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da (PPGAS/UFSC) participei na qualidade de discente de doutorado da disciplina “Atuação profissional em Antropologia”,

⁶ Ver: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. *Encontros Discentes PPGAS* [online]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/encontrosdiscentesspgas/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

ministrada pelas professoras Flavia Medeiros e Vânia Zikán Cardoso. Debates semelhantes foram realizados no curso de Ciências Sociais da UFRGS no segundo semestre de 2025, em uma disciplina denominada “Antropologia e Intervenção Social”, ministrada pelo prof. Arlei Damo, para a qual convidada a contar sobre minha experiência de atuação profissional.⁷ Por mais espinhosa e dinâmica que essa discussão possa ser⁸, aprendi nestes espaços que precisamos encarar estas questões de frente, entre pares e com aqueles que virão a nos contratar; isto é, necessitamos ficar om o problema (Haraway, 2023).

ANTROPÓLOGA PARA QUÊ?

Eu estava trabalhando no grupo de pesquisa e tecnologia havia poucas semanas. Tratava-se de um trabalho remoto e, portanto, as interações ocorreram o tempo todo de forma virtual.⁹ Quando a coordenadora da minha equipe se reuniu comigo na sala de reuniões virtuais e me explicou a “missão” de pesquisa que eu teria para realizar nos próximos meses, entendi logo de cara que uma das coisas que eu deveria insistir para conseguir acesso era a observação de algumas reuniões com aquelas pessoas que seriam as minhas interlocutoras do projeto. Satisfeita com essa demanda, a coordenadora logo me inseriu na agenda semanal de reuniões realizadas pela equipe com nossos informantes, e eu passei então a participar delas, a fim de tomar notas e entender o que vinha sendo discutido. Acredito que, embora eu explicasse a ela os fins da observação, talvez os fins daquela técnica de pesquisa e o aporte que eu poderia oferecer ao projeto ainda não estava evidente o suficiente.

Com efeito, minha participação não foi compreendida de imediato por todas as pessoas do grupo de pesquisa, sobretudo aquelas que atuavam em outras equipes mais distantes da pesquisa. Como as reuniões ocorriam na modalidade remota, era ainda mais difícil para que eu me apresentasse e para que as outras pessoas me conhecessem e soubessem quem eu era e o que fazia ali. Eu carecia de uma “função” para as outras pessoas da equipe até aquele momento, todas elas especializadas em outras áreas aparentemente mais correlatas ao trabalho que o grupo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico costumava desenvolver. Eram programadores, especialistas em dados quantitativos, analistas de tecnologia da informação,

⁷ As reflexões apresentadas neste texto emergiram a partir destes encontros e se colocam impreterivelmente em diálogo com eles.

⁸ Em tratando-se do campo da Antropologia, existem debates contundentes a respeito da regulamentação da profissão da pessoa antropóloga, garantia de direitos para profissionais e criação de uma reserva de mercado. Ver Barretto Filho (2017).

⁹ Uma antiga colega de curso, que também trabalhava no grupo de pesquisa, havia comentado sobre a abertura da vaga, e eu, no “vácuo” entre o fim do mestrado e o início do doutorado, enviei meu currículo. Passei por duas fases de entrevistas e, um mês mais tarde, fui contratada.

matemáticos e estatísticos que desempenhavam funções técnicas e práticas talvez muito mais tangíveis e, num primeiro momento, mais perceptíveis que a minha. Apesar disso, a equipe de profissionais da educação, composta por pessoas cuja formação era em pedagogia, parecia compreender e acolher o meu trabalho com maior facilidade, provavelmente porque já haviam tido contato prévio com a antropologia.

A “utilidade” da antropóloga, me pareceu, só passou a ser atestada um tempo mais tarde quando, em outra reunião, a coordenadora perguntou como andavam as observações. Apresentei a ela algumas notas que havia feito e, com elas, algumas hipóteses que poderiam guiar não apenas a pesquisa, mas também as soluções a serem implementadas após a obtenção de resultados. A coordenadora abriu os olhos e afastou as sobrancelhas, indicando surpresa com uma das hipóteses e disse: “não tinha pensado por esse ângulo!”. O comentário da coordenadora me deixou um tanto quanto satisfeita, embora eu tivesse recém dado início à pesquisa. Eu havia sido para ela o grilo falante do qual a antropóloga Alinne Bonetti (2004) nos fala. Autoreflexividade: era isso que eu esperava minimamente suscitar na equipe, muito embora eles talvez ainda não entendessem o que eu estava fazendo ali.¹⁰

A reação da coordenadora, de acordo com a minha interpretação, evoca uma tarefa quase que pedagógica do antropólogo. Por isso, a leitura do antropólogo britânico Tim Ingold (2019, p. 18), de que a “importância da antropologia reside precisamente no potencial de educar e, através dessa educação, transformar vidas” parece eficaz em sua reflexão. A exclamação da coordenadora demonstra um dos papéis centrais que ocupa o cientista social, isto é, ensinar, causar instabilidade, perturbar, e fazer pensar. A análise crítica, talvez pouco presente em outras formações, é o motor central de nosso trabalho e, além disso, enriquece objeto a ser trabalhado, seja ele uma pesquisa, uma política pública, uma aula, a implementação de um projeto etc. Existe ainda uma outra leitura que a antropóloga brasileira Bela Feldman-Bianco faz de Florestan Fernandes (1994) e da qual compartilho, que consiste em pensar na antropologia como uma *indisciplina*, dado seu potencial educacional e transformador.¹¹

Como mencionei anteriormente, o grupo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico frequentemente realizava trabalhos junto a diferentes esferas do governo federal. Por isso, a função que eu fui designada a cumprir em meu trabalho como analista de pesquisa qualitativa estava alocada em um braço de atuação junto a algumas secretarias de um ministério do

¹⁰ Agradeço à Fabíola de Carvalho e Cristiane Miglioranza, as antropólogas precursoras na equipe que, sem dúvidas, trabalharam incansavelmente para abrir o caminho para que outras profissionais fizessem ali seu trabalho.

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=BtzVghdyos>

governo. As pesquisas que viria a realizar dentro daquele escopo de atuação eram orientadas à garantia de que os serviços prestados pelo meu contratante estavam atendendo às expectativas do ministério no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico de uma importante política pública.

De forma coordenada, era importante que o grupo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e o ministério estivessem alinhados a fim de garantir um bom acesso aos usuários da política. Desde sua idealização até sua implementação, monitoramento e avaliação, muitas pessoas estavam envolvidas na viabilização desta política pública, que abrangia todo o território nacional. Alocada às margens do fluxo desse funcionamento, a primeira investigação que realizei buscava compreender como determinados operadores da política percebiam e acessavam uma plataforma digital, mapeando determinantes que poderiam dificultar ou não seu uso e, conseqüentemente, o bom funcionamento daquela política pública. Associado a isso, estava um conceito importante dos estudos em políticas públicas chamado capacidades estatais (Gomide; Pires, 2014).

Desse modo, quando a coordenadora de minha equipe, uma especialista em políticas públicas já bastante familiarizada com seus conceitos e implicações, demonstrou satisfação com as demandas da antropóloga em sua equipe e se surpreendeu com as hipóteses que apresentei, ambas tocamos num ponto de entendimento comum a nós duas. Com isso, arrisco tomar de empréstimo o uso da noção de “conexões parciais” da antropóloga britânica Marilyn Strathern (2004). Isto quer dizer que o campo das políticas públicas e da antropologia emergem e habitam um no outro sem, no entanto, reconhecer uma totalidade ou unidade; ou seja, existem aí afinidades e dissonâncias que podem ser temporárias e são, sobretudo, parciais e não-excludentes. As noções compartilhadas entre meus colegas especialistas em políticas públicas e eu, antropóloga, estavam parcialmente conectadas, não sendo, portanto, semelhantes; porém tampouco completamente diferentes.

A seguir, elenco habilidades e técnicas – talvez mais explícitas –, e que talvez os leitores já conheçam, e que foram cruciais para este período de atuação profissional.

Leitura e mapeamento de materiais: algo como fazemos na graduação

No decorrer de nossa formação em Ciências Sociais, somos familiarizados a técnicas de leitura e fichamento de textos acadêmicos, como livros, artigos e ensaios. A vasta maioria de disciplinas que cursamos se debruça sobre conjuntos de textos que precisamos ler para nos aproximar de determinados debates, autores, suas teorias e conceitos. Com isso, aprendemos a

realizar leituras críticas, comparando, aglutinando e contrastando ideias das mais diferentes vertentes.

Por mais distante que isso possa parecer daquilo que imaginamos da prática profissional, esta habilidade é, na verdade, um saber-fazer essencial para cientistas sociais. Enquanto passei meses buscando estruturar aquela pesquisa que viria a realizar no trabalho para o qual fui contratada, construí um arcabouço de conhecimento sobre o assunto por meio daquilo que a literatura sobre o tema poderia me oferecer. Assim, a equipe e eu reunimos artigos que apresentavam estudos de caso para efeitos comparativos, literatura sobre metodologias de pesquisa qualitativa, a ocorrência de políticas públicas semelhantes em outros lugares do mundo, além de alguns escritos que tematizavam aquela política que buscávamos analisar.

Um dos desafios foi ler artigos que falavam sobre aspectos mais quantitativos ou operacionais do desenvolvimento tecnológico daquelas políticas estatais, pesquisas feitas por profissionais que trabalhavam com dados massivos. Não obstante a dificuldade, com a ajuda dos colegas, foi possível dar conta.

A leitura não foi realizada sem que parâmetros de investigação tivessem sido estabelecidos. Isso significa que eu precisava saber minimamente o que esperava encontrar em cada trabalho lido. Por isso, agrupei os trabalhos em nichos, como “metodologia”, “estudos de caso”, por exemplo, o que facilitou a organização do fluxo do trabalho e permitiu que, ao realizar fichamentos, eu pudesse enfatizar os achados mais interessantes de cada trabalho, pudesse contrastar, justapor ou afirmar os artigos em relação a outros. Por fim, organizei uma tabela comparativa que permitiu a equipe visualizar informações básicas de cada artigo, como objetivos, métodos e técnicas, amostra etc. Além disso, reuni uma série de materiais que me foram sendo sugeridos para que fizesse uma espécie de “campo exploratório”. Tratava-se de manuais, guias, pastas com registros de dúvidas, fluxos de andamento da política etc.

Se pararmos para analisar desde o ponto de vista das e dos cientistas sociais, o que fiz aqui se assemelha bastante com um trabalho de campo documental, ou ainda uma etnografia de documentos (Vianna, 2014). Estas habilidades e técnicas, para minha surpresa, haviam sido abordadas no decorrer da minha formação, sem a qual eu não seria capaz de conduzir tais atividades. Basicamente, a habilidade da qual lancei mão para criar uma pesquisa que tivesse como fundo a construção de dados baseados em evidências era a mesma que eu dispunha para

organizar minhas leituras e fichamentos nas disciplinas que cursava nas Ciências Sociais – com alguns aprimoramentos, é claro.

Métodos e técnicas de pesquisa das Ciências Sociais

As semelhanças que percebi entre o trabalho desenvolvido para o ministério e aquelas atividades de pesquisa que eu era ensinada a desenvolver na universidade não se resumiram às habilidades relacionadas ao mapeamento e sistematização de referências textuais. A equipe esperava que eu fizesse uso de instrumentos muito valiosos que guardamos em nossa caixa de ferramentas, a saber, as vastas opções de métodos e técnicas de pesquisa que as Ciências Sociais abrigam em seu guarda-chuva metodológico.

Eu entendia que precisava observar, levantar perguntas para as situações das quais eu participava e compreender melhor quem eram meus interlocutores, qual era seu perfil, o trabalho que elas faziam e como poderíamos auxiliá-las para que ficasse ainda mais eficaz, mais acessível e fácil. As respostas para estas indagações, vim a descobrir, formariam as *personas*¹², como costuma-se chamar na área de *User Experience* (UX). Criei roteiros de entrevista junto da equipe, reunindo perguntas minhas e de outras colegas, checando se aquela seria a ordem adequada para cada interrogação, ou se alguma ordem tornaria a conversa mais harmônica, dentro de nossa percepção.

Além disso, testamos os roteiros com colegas que já haviam trabalhado na posição de meus interlocutores, a fim de colher comentários e possíveis críticas às perguntas. Com a possibilidade de testar o roteiro, recebi dicas sobre a alteração do formato de perguntas, maneiras mais sutis de realizar determinada pergunta que antes poderia intimidar a pessoa entrevistada, ou mesmo perguntas que poderiam não fazer sentido para a pessoa que iria responder. O processo todo foi muito enriquecedor porque descobrimos que construir o questionário em equipe e ter a possibilidade de testá-lo de maneira que pessoas com outras especialidades pudessem responder tornava-o mais sólido e robusto, nutrindo ainda mais curiosidade quanto às respostas que seriam feitas nas entrevistas oficiais.

Estruturação e gestão de projetos de pesquisa

Junto a todas as coisas que eu mencionei anteriormente existe ainda uma habilidade que precisamos sempre seguir aprimorando, seja na academia ou fora dela, que é a

¹²As informações obtidas formam algo como “tipos ideais”, que são as *personas*.

estruturação de projetos de pesquisa e a consequente gestão dele. Isso é algo que exercitamos em trabalhos finais de disciplina, projetos de pesquisa e extensão (muitas vezes fazendo trabalhos em pequenos grupos), e em nossas monografias de fim de curso. Pude transpor o exercício desta atividade para este ambiente de trabalho em meio ao qual estive inserida. A ideia era relativamente simples: estruturar um projeto de pesquisa cientificamente robusto, aplicável àquela política pública em questão.

Isto me levou a conhecer e me aproximar um pouco do universo da gestão de projetos, o que pode acabar envolvendo grandes equipes, diferentes áreas de atuação, muito planejamento de orçamento e prazos. O trabalho com gestão de projetos (não apenas aqueles associados à pesquisa), aprendi, é um caminho a ser explorado por cientistas sociais. Aliado a isso, existe uma vasta infinidade de cursos que podem ser complementares à nossa formação, e que nos instruem quanto às diretrizes mais amplas da gestão de projetos.

Decisões éticas

Em meio ao processo de estruturação daquele que viria a ser o projeto de pesquisa da equipe, surgiu o questionamento sobre a necessidade de tramitar um protocolo correspondente ao projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa. Essa era uma inquietação minha, um pouco mais habituada a discutir tais problemáticas – afinal as Ciências Sociais, mais especificamente a Antropologia, têm conduzido debates acerca do tema há décadas (Guedes; Castro, 2024), e que talvez fosse uma questão fora de cogitação para colegas de outras áreas com os quais eu trabalhava – programadores, por exemplo.

Após debater a questão, salientando que a pesquisa que vínhamos desenvolvendo envolvia interlocutores e informações sensíveis, a equipe junto de nossos coordenadores optamos por realizar o trâmite do projeto junto a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A precaução de dava também para não correr o risco de ter a pesquisa invalidada, nem os seus resultados retirados ou questionados. Uma vez que, segundo uma perspectiva comum entre o grupo, eu era a pessoa que possivelmente detinha mais conhecimento sobre como submeter um projeto de pesquisa à Plataforma Brasil para que ele fosse avaliado por um CEP, fiquei encarregada de redigir, organizar e enviar os documentos à Plataforma.

Embora talvez fosse verdade que eu estivesse mais “à par” do debate sobre ética em pesquisa, eu jamais havia enviado algum projeto para a Plataforma Brasil, de modo que obtive minha primeira experiência aí. Após verificar prazos, identificar os documentos requisitados e confeccioná-los em paralelo à redação do projeto (algo que deveria ser integralmente

submetido ao sistema CEP/CONEP), realizei a submissão e, para nossa satisfação, ele foi aprovado. Esta habilidade e experiência não parte de algo que eu tenha feito diretamente na universidade, mas de um debate que eu acompanhava apenas de maneira transversal.

O que creio que seja interessante aqui pontuar é que, da mesma forma como busquei aqui transpor aquilo que aprendi ao longo do curso de graduação em Ciências Sociais, recentemente tenho realizado também o movimento inverso; com o aprendizado que adquiri através desta experiência com o sistema CEP/CONEP durante minha atuação profissional, tenho realizado oficinas e minicursos que busquem abordar entre discentes algumas das questões fundamentais dentro do debate da ética em pesquisa.¹³ Esse exemplo corrobora com a ideia do ofício de cientista social enquanto algo que extrapole a divisão habitual entre vida e trabalho e, neste caso, entre trabalho e academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que tenha sido uma experiência de atuação profissional relativamente curta, ela me proporcionou diversas reflexões a respeito das ciências sociais como ofício e formação. Busquei compartilhar todas elas aqui, a fim de reivindicar esta grande área como repleta de possibilidades críticas e analíticas que transformam nossa vida como um todo. Acredito que este tipo de habilidade, o de ensinar, incomodar e fazer pensar, não seja uma aprendizagem adquirida em toda e qualquer formação. São, sobretudo, as bolsas das cientistas sociais que carregam estas disposições.

A partir disso, busquei apresentar a maneira como apreendi o funcionamento de uma determinada forma de transpor aprendizagens de nossa formação acadêmica para o mercado de trabalho. É importante que sigamos debatendo e compartilhando ideias e possibilidades para que, assim, seja possível superar um determinado imaginário que restringe nossa atuação profissional ao contexto exclusivamente acadêmico. Como espero ter deixado evidente, existem formas de inserção estratégica na atuação de cientistas sociais no ciclo das políticas públicas e, apesar de nem sempre sermos compreendidos, somos capazes de desestabilizar certezas e promover deslocamentos analíticos fundamentais para o seu funcionamento. Isso,

¹³ Em 2025, ministrei junto a outros colegas duas oficinas para discentes, apresentando os desafios da submissão de protocolos para a Plataforma Brasil, junto de uma reflexão crítica acerca do cenário e das disputas em torno de uma certa “hegemonia da ética” no Brasil e como isto acaba afetando as Ciências Humanas. Em que pese a existência de um Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nós, antropólogos, somos constantemente confrontados quanto às diretrizes que orientam nossos próprios procedimentos científicos, metodológicos, éticos e políticos.

ênfatiso novamente, constitui um núcleo extremamente enriquecedor para o nosso papel profissional.

Dentre daquilo que já discuti aqui, gostaria de destacar a busca ativa por conhecimento e informação. Sejam curiosas! Colher curiosidade e carregá-la em nossas bolsas é importante, pois faz nosso trabalho avançar com autonomia e nos envolve numa teia interdisciplinar (quanto mais curiosidade, mais necessário nos enredarmos nos interstícios com outras áreas de conhecimento), e isso nos permite perceber os problemas de maneira panorâmica e crítica, de acordo com as diferentes necessidades ali envolvidas. A curiosidade serve para desacomodar as certezas que construímos e nos leva a pensar criticamente no produto ou serviço que estamos desenvolvendo, o que por si só já é um grande diferencial. Este, me parece, é também o caminho para uma ampliação das possibilidades de nossa atuação.

Encerro chamando a atenção para uma questão explorada pelas antropólogas Vi Grunvald e Filipe Reis (2021) no que concerne a uma antropologia pública, engajada e/ou aplicada. Existe um risco de incorrermos em “um processo de aplicação utilitarista de metodologias e técnicas antropológicas sem levar em conta, contudo, o referencial ético, político e teórico que lhe dá base e sustenta” (Grunvald; Reis, 2021, p. 6). Em que pese a emergência de novas possibilidades de atuação profissional que talvez ainda desconheçamos, é importante que sempre lembremos de revolver nossa bolsa da teoria vivida para trazer à superfície aqueles elementos que transformam nosso saber-fazer em *práxis*, isto é, que unam a teoria à prática, sem abrir mão do caráter ético e político tão característicos da nossa ciência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP); SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA (SBS). **Onde estão os cientistas sociais? Conhecendo a profissão e o mercado de trabalho.** Relatório de pesquisa. Novembro de 2024.

BARRETTO FILHO, Henyo. Trindade. Ofício, profissionalização e perspectivas de regulamentação da profissão em antropologia no Brasil: breve histórico e atualização de dilemas enfrentados e vindouros. **Áltera – Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 1, n. 4, p. 13–41, jan./jun. 2017.

BONETTI, Alinne. A ONG e a antropóloga: da experiência etnográfica à experiência profissional. **Revista Humanas** (Dossiê “Cidadania, democracia e políticas públicas”), Porto Alegre, v. 26/27, p. 159-178, 2004.

CESARINO, Leticia. O que é Antropologia? In: ARIANO, Heloisa Afonso; LOPES, Moisés Alessandro de Souza (org.). **Diálogos etnográficos: o que é Antropologia?** Curitiba: CRV, 2026. p. 115–120.

DE OLIVEIRA, Hugo Virgílio. Entre trabalhos de campo e campos de trabalho: : trajetórias, habilidades, desafios e possibilidades da atuação do Antropólogo. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 26, n. 71, p. 21–46, 2025. DOI: 10.22456/1984-1191.147155. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/147155>.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 22, p. 123–138, 1994. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9686>. Acesso em: 9 fev. 2026.

FLEISCHER, Soraya. Onde uma antropóloga pode trabalhar? Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho. **Áltera – Revista de Antropologia**, v. 1, n.4, p. 42-61, 2017.

FONSECA, Claudia. O exercício da antropologia: enfrentando os desafios da atualidade. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (orgs.). **Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Florianópolis: ABA; Nova Letra, 2006.

FONSECA, Cláudia. “Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio”. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo L. (Orgs.). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Contracapa/ABA, 2004, p. 69-91.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho (ed.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3098>.

GRUNVALD, Vi; REIS, Filipe. Antropologia pública, engajada e/ou aplicada: dilemas de atuação social para além da universidade. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 57, p. 5–18, out. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/118981/pdf>.

GUEDES, Hully; CASTRO, Rosana. “Todas as áreas do conhecimento”: a regulamentação legal de pesquisas científicas no Brasil e o (não) lugar das ciências humanas e sociais. **Saúde Soc. São Paulo**, v.33, n.3, e240362pt, 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. Tradução: Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

INGOLD, Tim. **Antropologia: Para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.

LE GUIN, Ursula K. **A teoria da bolsa de ficção**. Tradução de Isabel Diegues. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2025.

MILLS, Charles Wright. Sobre o artesanato intelectual. In: MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 21-58.

MUNANGA, Kabengele. A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 485–504, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43854881>

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. **Revista Ñanduty**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 70–86, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/2297>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, Brasil, v. 2, p. 1–12, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/217940>.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. In: PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 31–58.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andréa; CASTILHO, Sérgio; LACERDA, Paula; OSÓRIO, Patricia (org.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2018.

SPRANDEL, Marcia Anita; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Profissionais com formação em antropologia para quê? Uma apreciação das transformações contemporâneas no campo de atuação profissional em antropologia. In: SIMIÃO, Daniel; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. 1. ed. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. v. 1, p. 259-283.

STRATHERN, Marilyn. **Partial connections**. Updated edition. Oxford: Altamira Press, 2004. (Original publicado em 1991).

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. (org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014. p. 43-70.

Artigo recebido em 10/02/2026.

Aprovado em 23/03/2026.